



“Aprender o nome das árvores na língua dos yara”: Relato de experiência do curso técnico em florestas para o povo Jarawara

*“Learning the name of trees in the language of the yara”:
Experience report of the technical course in forests for the Jarawara people*

*“Aprender el nombre de los árboles en el idioma del yara”:
Informe de experiencia del curso técnico en bosques para lo pueblo Jarawara*

Claudina Azevedo Maximiano¹
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Alessandra de Souza Fonseca²
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Marco Antônio Cordeiro Mitidieri³
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

RESUMO

O Curso Técnico em Florestas concomitante ao Ensino Médio para o povo Jarawara se destaca como uma experiência singular no contexto da luta por educação formal pautada pelos povos indígenas na região denominada Médio Purus. Este artigo tem por objetivo socializar os desafios e perspectivas para a construção e efetivação do referido curso. Para tanto, situamos historicamente o caminho percorrido pelos Jarawara e as estratégias metodológicas utilizadas para a efetivação da proposta do curso, considerando-se as aulas na aldeia Casa Nova, Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Tal experiência se situa num processo dialógico, de se fazer educação diferenciada, intercultural e bilíngue, a qual abre possibilidades para que haja diálogos pedagógicos acerca do assunto e para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *campus* Lábrea atenda a outras demandas dos povos e comunidades tradicionais da região do Médio Purus.

Palavras-chave: Povo Jarawara; Educação formal; Curso técnico; Educação diferenciada; Diálogos pedagógicos.

ABSTRACT

The Technical Course in Forests concomitant with High School for the Jarawara people stands out as a special experience in the context of the struggle for formal education conducted by indigenous peoples in the Middle Purus region. This article aims to socialize the challenges and perspectives for the construction and implementation of the referred course. Therefore, we historically situate the path taken by the Jarawara and methodological strategies used to carry out the course proposal, considering the classes in Casa Nova village, located in Jarawara/Jamamadi/ Kanamati Indigenous Land. Such experience is situated in a dialogical process, of

¹ Doutora em Antropologia Social. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Professora do Instituto Federal do Amazonas. <https://orcid.org/0000-0003-0446-2352>. Email: claudinamaximiano8@gmail.com.

² Doutora em Ciência e Tecnologia da madeira. Professora do Instituto Federal do Amazonas. <https://orcid.org/0000-0002-9964-6797> E-mail: alessandra.fonseca@ifam.edu.br.

³ Servidor da Fundação Nacional do Índio, Pós Graduado em Projetos Sustentáveis, Mudanças Climáticas e Gestão Corporativa de Carbono. <https://orcid.org/0000-0003-1128-2528>. Email: marco.purus@gmail.com.



making differentiated, intercultural and bilingual education, which opens possibilities for pedagogical dialogues about this subject and so that the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas - campus Lábrea meets other demands of the traditional peoples and communities of the Middle Purus region.

Keywords: Jarawara people; Formal education; Technical course; Differentiated education; Pedagogical dialogues.

RESUMEN

El Curso Técnico en Bosques simultáneamente con la Escuela Secundaria para el pueblo Jarawara se destaca como una experiencia única en el contexto de la lucha por la educación formal guiada por los pueblos indígenas de la región denominada Médio Purus. Este artículo tiene como objetivo socializar los desafíos y perspectivas para la construcción e implementación de dicho curso. Para eso, ubicamos históricamente el camino recorrido por los Jarawara y las estrategias metodológicas utilizadas para llevar a cabo la propuesta del curso, considerando las clases en la aldea Casa Nova, em la Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Esta experiencia se sitúa en un proceso dialógico, de hacer una educación diferenciada, intercultural y bilingüe, que abre posibilidades para los diálogos pedagógicos sobre el tema y para que el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Amazonas - *campus* Lábrea responda otras demandas de los pueblos y comunidades tradicionales de la región del Médio Purus.

Palabras llave: Pueblo Jarawara; Educación formal; Curso técnico; Educación diferenciada; Diálogos pedagógicos.

Breve histórico da luta pela escolarização: educação básica e técnica

A Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati está localizada em sua grande parte no município de Lábrea, sendo totalmente localizada no estado do Amazonas. O povo Jarawara atual se considera uma união de povos semelhantes em suas línguas e diferentes em suas estratégias. Percebe-se frequentemente em suas conversas cotidianas o autorreconhecimento da presença do povo Wayafí entre eles (MAIZZA, 2012)⁴. No entanto, eles são um povo relativamente pequeno no contexto sócio-político da região do Médio Purus. No ano de 2010, foram contabilizados no censo 244 Jarawara, 193 Banawá, 622 Jamamadi, 1279 Deni, 1427 Paumari e 6842 Apurinã (IBGE⁵, 2010). Em 2020, a partir dos dados estatísticos do Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Purus (DSEI/MP), apontam: 355 Jarawara, 225 Banawá Yafi, 422 Jamamadi, 899 Denis, 1.841 Paumari e 6.784 Apurinã.

⁴ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Povos indígenas no Brasil: Povo Jarawara**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Jarawara> - 2018. Acesso em: 21 de maio de 2020.

⁵ IBGE. Tabela 1.14 - **Pessoas indígenas por sexo, segundo o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo**. Brasil – 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=resultados>>. Acesso em: 13 de abr. de 2020.



Os Jarawara, conforme afirmado por Vêncio (1996, p. 33), iniciaram seu processo de alfabetização em 1989. No entanto, já estavam em contato com a escrita muito antes de aprenderem a ler e escrever. Essa alfabetização deu-se pelo seu letramento na Língua Jarawara, materializada em símbolos fonéticos no final da década de 1980⁶. A alfabetização foi executada por duas missionárias da JOCUM⁷, a pedido de Makabi, chefe da aldeia Água Branca, pelo seu desejo de construir uma escola nos moldes observados em seringais e comunidades ribeirinhas próximas.

Os Jarawara dominaram a escrita que veio a eles através do contato com os não indígenas e a colocaram a serviço de seu povo. Rejeitaram os materiais didáticos pré-elaborados, impessoais e criaram o livro didático inacabado, em constante elaboração, personificado, conhecido como a carta Jarawara, que se tornou o meio e o fim do letramento, pelos Jarawara que estavam sendo alfabetizados e lida nas aldeias. A carta Jarawara, ao circular no espaço social da aldeia, incentivava o desejo de aprender a ler e escrever. Além disso, também adaptaram o método de alfabetização adotado pelas missionárias e, naturalmente, foram estabelecendo as características da verdadeira escola Jarawara, como uma autêntica escola indígena diferenciada (VÊNCIO, 1996, p. 81-82).

Na história recente, os Jarawara vêm buscando se inserir no contexto da política de educação escolar indígena. Em 2008, formou-se a primeira turma do ensino fundamental na aldeia Casa Nova. Isso foi possível devido ao trabalho coletivo dos Jarawara da aldeia Casa Nova/Nascente no que pode ser categorizado como luta pela educação formal. Esse processo teve o protagonismo de 15 jovens, que inspiraram o desejo em outros jovens e adultos a iniciarem sua inserção na escola. Neste contexto, situa-se a busca pelo ensino médio na aldeia. A referência mais próxima que tinham era a escola da comunidade ribeirinha Samaúma, onde já funcionava o Ensino Médio tecnológico⁸, ofertado pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC.

⁶ Os símbolos fonéticos foram determinados pelo Linguista Alan Vogel (Sociedade Internacional de Linguística – SIL) tendo como referência as letras do alfabeto latino usadas na Língua Portuguesa e na Língua Jamamadi, utilizado para a escrita da língua Jarawara (VÊNCIO, 1996).

⁷ Elizabeth Vêncio e Sandra Giani Estrada, missionárias do movimento Jovens Com Uma Missão (JOCUM) foram as responsáveis por preparar o material didático inicial utilizado no letramento de seis jovens Jarawarana aldeia Água Branca, durante os anos de 1989 e 1990 (VÊNCIO, 1996).

⁸ A tecnologia é a ferramenta utilizada pelo Governo do Amazonas para encurtar distâncias e levar educação aos lugares longínquos do maior estado brasileiro. Graças ao projeto “Ensino Presencial com Mediação



No final de 2012, o povo Jarawara, com a presença de Edmar Jarawara, então coordenador de área da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), realizou uma reunião com o Secretário Municipal de Educação, com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e com uma representante da SEDUC. Além de demandar a organização da formatura dos alunos no ensino fundamental, apresentaram uma carta solicitando o início do ensino médio na aldeia Jarawara, entregue à sra. Alva Rosa, representante da SEDUC. Após recepção do documento e análise, foi solicitado que os Jarawara esperassem por mais um ano, pois não havia outra forma de atender à demanda de Ensino Médio se não fosse a educação a distância mediada por tecnologia. A Coordenadora da Gerência de Educação Escolar Indígena da SEDUC, professora Alva Rosa, indígena Tukano, não considerou adequado atender à demanda com essa estratégia, afirmando que deveria ser dado encaminhamento para o ensino médio presencial na aldeia, ainda com diálogo intercultural e de metodologia diferenciada. O argumento foi bem recepcionado pelos representantes Jarawara e pelos representantes da FUNAI, que começaram a acompanhar a demanda.

No mesmo ano, a FUNAI, através da Coordenação Regional Médio Purus, fez o convite para dar início ao processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial, com o povo Jarawara e com a aldeia Escondido (povo Apurinã), que habita o território Jarawara. A principal motivação da FUNAI em iniciar esse processo era o fato do povo Jamamadi, habitantes da mesma Terra Indígena, estarem iniciando uma proposta de Plano de Gestão exclusiva desse povo. A partir das primeiras reuniões, desdobrou-se uma extensa metodologia participativa de diagnóstico, mapeamento, planejamento territorial, capacitações, diálogos

Tecnológica” perto de 40 mil estudantes de mais de 3 mil comunidades do Estado têm acesso ao Ensino Médio e Ensino Fundamental. As aulas são ministradas de estúdios de televisão localizados no Centro de Mídias, em Manaus, em formato de teleconferência. Até então, o Ensino Médio (e em alguns casos também o ensino fundamental) nunca havia sido ofertado para essas comunidades, o que forçava o estudante a sair do local em que morava para continuar os estudos nas sedes dos municípios ou na capital do Estado. Nas comunidades rurais atendidas, cada uma das salas de aula está equipada com um kit tecnológico composto por Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, webcam com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser e nobreak. A tecnologia permite que professores e alunos interajam como se ambos estivessem no mesmo espaço físico. Disponível: <http://www.educacao.am.gov.br/centro-de-midias-de-educacao-do-amazonas>. Acesso em: 11 de jun. de 2020.



interculturais e definições entre aldeias sobre acordos, necessidades e estratégias. No ano de 2017, através de Assembleia do Povo Jarawara, com participação do povo Apurinã, da aldeia Escondido e Paumari do Mabidery, foi pactuado e validado o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Jarawara, denominado *Yawita Abono: Ota taboro te kakatomahi*, que, apesar de estar atualmente em implantação pelo povo Jarawara, ainda não foi publicado.

Durante o processo de reivindicação do Ensino Médio na aldeia Casa Nova, a FUNAI estava próxima e acompanhou todos os encaminhamentos. Além disso, os indigenistas buscaram identificar as qualidades dos indivíduos e das comunidades e potencializá-las. O trabalho foi realizado com base nas ferramentas sociais dos Jarawara, principalmente em suas metodologias de reunião, de resolução de divergências internas e de interação com os não indígenas. A forma de obtenção da alimentação para as frequentes reuniões, discussões sobre a história e seu território em contexto de debates interculturais e conhecimentos possibilitaram avanços internos e qualificaram sua inserção nas políticas públicas, principalmente através das cartas Jarawara.

Contudo, a resposta para o início do Ensino Médio não chegou. E em julho de 2013, a aldeia Casa Nova elaborou um novo documento solicitando o início das aulas de Ensino Médio. Em 2014, novamente foram informados que não seria implantado o Ensino Médio na aldeia e, assim, fizeram um outro documento expressando sua demanda. A FUNAI e os Jarawara não conseguiram providências da SEDUC na implantação do Ensino Médio Jarawara na aldeia Casa Nova, possivelmente pelo pequeno número de indivíduos e pelo pouco entendimento e envolvimento dos Jarawara no movimento indígena regional e amazônico.

Em 2015, os Jarawara estavam discutindo estratégias para a gestão territorial e realizando diversas reuniões para melhorias das condições de vida. Recebendo novamente a negativa da implantação do Ensino Médio na aldeia, através de reunião dos Jarawara (inclusive de outras aldeias), decidiram pelo professor Jacinto para representar a SEDUC ante o Ministério Público Federal (MPF). Na denúncia, provocaram a parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/ *campus* Lábrea. Em uma oportunidade em Manaus, foi realizada agenda com o procurador do MPF para discussões sobre invasões no sul do Amazonas, merenda escolar, surtos de malária e outras demandas



apresentadas pelo movimento indígena. Na oportunidade, estavam presentes representantes da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), OPIMP e das Coordenações Técnicas da FUNAI (CTLs) no Médio Purus e dois indigenistas de apoio. O indigenista envolvido diretamente no Plano de Gestão Jarawara conseguiu pautar o MPF e FOCIMP sobre a denúncia do povo Jarawara, dado que o procurador se comprometeu a resgatar a demanda e se informar sobre a situação.

Por conseguinte, o procurador organizou informações sobre a demanda e em uma oportunidade no município de Lábrea realizou uma breve reunião com representantes da FUNAI, movimento indígena e povo Jarawara durante a etapa regional da Conferência Nacional de Política indigenista. Depois dessa ocasião, houve recomendação do MPF à SEDUC, ao IFAM e à Prefeitura de Lábrea, através da Secretaria de Educação, para a implantação do Ensino Médio na aldeia Casa Nova.

RESOLVE: Recomendar à Secretaria de Educação do Amazonas, na pessoa do Secretário Estadual Rossieli Soares da Silva, que adote as medidas necessárias no sentido de: 1) Instalação de turma de Ensino Médio na Aldeia Casa Nova, TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, no município de Lábrea/AM, com início das aulas e atividades educacionais no começo do ano letivo de 2016. 2) Elaboração de parceria junto à SEMED local e ao Instituto Federal do Amazonas para implantação de turmas de ensino técnico na Aldeia Casa Nova TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, município de Lábrea/AM, com consulta aos povos indígenas sobre necessidades específicas (MPF, Recomendação N. 13/2015).

A SEDUC, voltando atrás na posição relacionada à modalidade de oferta de Ensino Médio específico e presencial para os Jarawara, como havia afirmado em 2012, passou a ofertar o curso tecnológico⁹, o mesmo ofertado para todo o estado do Amazonas, iniciando as aulas em 2016. Para realizarem as matrículas, exigiram cópias de CPF, RG, Registro de Nascimento (RN) e Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), mas não se dispuseram a ir à aldeia para recolher essas cópias. Inclusive, demandaram obrigatoriamente o CPF e o RANI, algo excessivamente exigente para a realidade do interior do Amazonas. Mesmo questionando esse rigor, os servidores da FUNAI e o povo Jarawara fizeram diversos movimentos para arrecadar cópias dos documentos dos alunos e para conseguir a

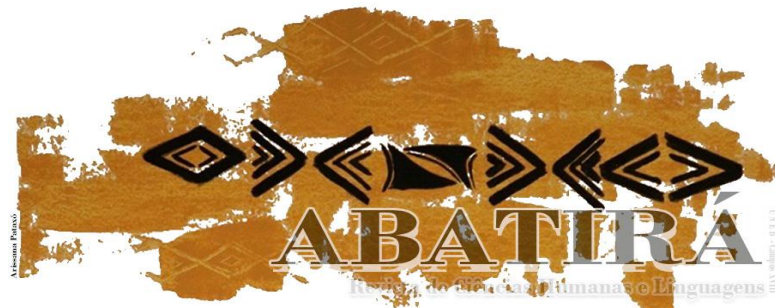
⁹ AMAZONAS. Centro de mídias de educação do Amazonas. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/centro-de-midias-de-educacao-do-amazonas>>. Acesso em 11 de jun. de 2020



documentação básica civil de todos, na medida do possível, pois muitos tinham apenas registro civil ou documento de identidade e, para emitirem CPF, deveriam primeiro emitir título de eleitor. Ou seja, foi imposta uma demanda exigente à realidade Jarawara, sem interação entre as políticas públicas e com pouco tempo para providências. Essa é uma ilustração sobre a importância das redes de relacionamento entre as comunidades, instituições e políticas públicas para garantir a estabilidade e poder de recuperação aos sistemas sociais em meio a mudanças contínuas, descrita por Stone & Barlow (CAPRA, 2006, p. 30).

Após a demanda de documentação para a matrícula, iniciou-se outra questão, a chegada dos equipamentos na aldeia, pois o curso tecnológico necessitava de equipamentos: antena, televisor, etc. Os Jarawara foram informados que o Ensino Médio novamente não seria implantado, por não haver equipamentos de ensino à distância disponíveis. Outra frente se iniciou de forma conjunta, o movimento indígena através da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), FUNAI e MPF cobraram providências da SEDUC, que disponibilizou os equipamentos e materiais básicos, no entanto, esses materiais foram disponibilizados em janeiro, sendo a época de pior logística para a aldeia Casa Nova pois, apesar de chover muito, os rios ainda têm pouca água. Nessa situação, uma equipe da FUNAI, FOCIMP, SEDUC e Jarawara enfrentou a adversidade logística, contando com motosserras da aldeia escondido, para cruzar o rio Cainã e carregar os materiais por grandes caminhadas para chegar à aldeia Casa Nova e, só a partir daí, iniciar as aulas do Ensino Médio.

No final de 2016, os Jarawara estavam passando por oficinas de capacitação no âmbito do Plano de Gestão Jarawara e estavam cursando a Oficina de Direitos Individuais e Coletivos. Nessa oficina, havia uma parte da carga horária para o ensino de informática básica no IFAM em parceria com a FUNAI e os Jarawara. A aproximação dos professores e da direção do Instituto acabou trazendo mais empatia à demanda Jarawara. No início de 2017, os Jarawara, reunidos na Oficina de Produção Sustentável, foram informados, pela SEDUC, que não seria possível utilizar a estrutura da escola para dar aulas de 2º ano em um horário e de 1º ano no outro horário, por conseguinte, redigiram novamente um documento informando a não concordância e como isso atrapalharia seu planejamento de desenvolvimento da educação escolar na aldeia. Mesmo assim, os Jarawara não foram atendidos e nova turma de 1º ano foi



iniciada somente em 2018, quando os demais alunos estavam cursando o 3º ano. As aulas do curso técnico, ofertado pelo IFAM *campus* Lábrea, também iniciaram no mesmo ano. Vale ressaltar que para o processo de matrícula no IFAM, houve muitos problemas, pois tanto a SEDUC quanto a SEMEC, alegavam não ter os documentos dos alunos Jarawara. Foi necessária uma “força tarefa” entre FUNAI e IFAM/*campus* Lábrea para conseguir reunir a documentação necessária para matrícula dos alunos Jarawara. Tal situação revela o descaso dessas instituições com esse povo indígena.

1. A escolha do curso Técnico

Em um processo singular, a aproximação do IFAM à demanda Jarawara se deu através da rede de parceiros desse povo. A FOCIMP, através da educação continuada dos professores que integraram servidores da FUNAI e IFAM, em diálogos, viabilizaram atividades de extensão. A inclusão do IFAM na recomendação de um curso técnico pelo MPF consolida o processo de qualificação para ação educativa já iniciada pela SEDUC. Através da FOCIMP e FUNAI, uma equipe do IFAM, em 2016, pôde fazer um primeiro diálogo com os moradores da aldeia Casa Nova na própria aldeia e conheceram a estrutura local e seus habitantes. A relação estava sendo construída e então, a próxima etapa necessária seria a definição do curso técnico a ser implantado.

No primeiro momento em que a relação de cursos técnicos do IFAM/*campus* Lábrea foi apresentada, em consulta realizada aos Jarawara que estavam na cidade por ocasião de uma atividade do Plano de Gestão Territorial, escolheram o curso Técnico em Administração. Apesar de inesperada, essa escolha transpareceu o interesse de lideranças Jarawara em que seus jovens dominassem técnicas para a gestão (em sua realidade, relacionados com a economia familiar, gestão de associações ou de recursos relacionados a produção) e, também, com a incorporação de mais conhecimentos da sociedade envolvente. Contudo, os envolvidos perceberam que essa decisão foi tomada principalmente por lideranças e com forte influência de outras aldeias e que o público alvo do curso (os estudantes) talvez não tivessem sido devidamente consultados, evidenciando a necessidade de uma consulta na própria aldeia Casa



Nova. Já na aldeia, quando voltaram a discutir a escolha do curso, decidiram pelo curso técnico em Florestas. A decisão pelo curso de Florestas foi pautada em um objetivo apresentado pelos Jarawara: a vontade de aprender os nomes das árvores na língua dos *yara* (não indígena), pois só conheciam os nomes em Jarawara.

O processo de construção do curso no IFAM percorreu um caminho carregado de tensões e de morosidade. Tal situação pode ser qualificada pelo fato de que o *campus* não possuía profissionais da área de antropologia, não havia um real entendimento das perspectivas da educação escolar indígena. Tal situação foi agravada pela falta de profissionais da área específica do curso escolhido pelos Jarawara, no caso, o curso Técnico de Florestas. Destacamos que, em 2016, com a chegada de uma antropóloga no *campus*, iniciou-se uma aproximação mais ativa com a FUNAI e os Jarawara e, juntos, foi possível construir uma discussão no interior do *campus* sobre a questão indígena, porém, efetivamente, a concretização da proposta do curso técnico específico para o Povo Jarawara só aconteceria em 2018.

2. Construção do projeto de curso

No período de 2016 a 2018, o processo de construção do curso específico para os Jarawara passou por diversos momentos e coordenadores, porém, sem êxito no fechamento de uma proposta específica. Com a intervenção do professor Antônio Venâncio Castelo Branco, reitor do IFAM, foi constituída uma equipe multidisciplinar no IFAM, em março de 2018. Presidida pela professora Claudina Azevedo Maximiano, doutora em antropologia; o professor Edson Galvão, doutor em Linguística; professora Laura Cristina Leal, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Inovações Curriculares e Deborah Linhares, mestre em geografia, que, no momento, assumia o Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE). Na FUNAI, com a transferência do servidor Marco Antônio Cordeiro Mitidieri, a equipe manteve o diálogo com o servidor Luiz Carlos Lages Sarmiento Albuquerque Marques, representando a Coordenação Regional, e José Raimundo Pereira Lima (Zé Bajaga Apurinã), Coordenador Técnico Local, ambos da FUNAI. Os Jarawara escolheram dois representantes do povo para manter o contato com a equipe e acompanhar os trabalhos: Jacinto Jarawara e

Linda Jarawara. Essa equipe foi desafiada a apresentar o projeto do curso em um mês. Foi um processo de exaustivo trabalho, mas com final positivo, com a apresentação do projeto do Curso Técnico em Florestas Concomitante ao Ensino Médio para o Povo Jarawara.

O primeiro desafio foi organizar a proposta de um curso na perspectiva da Educação Escolar Indígena, intercultural, bilíngue e específico ao Povo Jarawara. Algo inédito no contexto do *campus* Lábrea, sobretudo para Região do Médio Purus¹⁰. Um segundo ponto de tensão deu-se devido a rotatividade de professores no *campus*, no momento em que se iniciou a construção do curso não havia nenhum Engenheiro Florestal. Como seria pensar a proposta de um curso para um povo indígena, era uma questão singular, porém, não ter um técnico na área agravou ainda mais a demora na construção da proposta. A equipe se debruçou a fazer pesquisas e discutir com profissionais da área, à distância. Um dos técnicos que colaborou nesse processo foi o Professor Álefe Lopes Viana, que já havia atuado no *campus* Lábrea e que nesse período estava em Manaus.

Em abril de 2018, concluiu-se a proposta do projeto e enviou-se para a reitoria. Durante o processo de análise e avaliação do projeto na reitoria em Manaus, conseguiu-se inserir um profissional da área técnica na equipe. A partir do processo de sensibilização da equipe na reitoria, com a anuência do reitor, a professora Alessandra de Souza Fonseca, doutora, engenheira florestal, que havia sido aprovada no concurso, Edital nº 017, de 18 de abril de 2017, foi convocada e passou a contribuir diretamente no fechamento do projeto do curso.

A proposta do projeto do curso com as especificidades no tocante aos conteúdos específicos, nomenclatura das disciplinas e inserção de disciplinas não contempladas em matrizes curriculares regulares de cursos de Técnico em Florestas do IFAM, foi duramente avaliada e suas peculiaridades relacionadas às ementas, que traziam elementos de uma educação diferenciada no tocante às questões educacionais indígenas, além dos conteúdos específicos dialogando com os conhecimentos tradicionais Jarawara foram quase que

¹⁰ Atualmente, os municípios da região do Médio Purus ofertam, através das secretarias municipais de educação, o Ensino Fundamental para as escolas indígenas. Os Jarawara foram o primeiro povo indígena a ter Ensino Médio na aldeia. Há carência de professores indígenas formados em licenciaturas interculturais. E o curso Técnico em Florestas, concomitante ao Ensino para o Povo Jarawara é o primeiro realizado pelo IFAM/*campus* Lábrea e o primeiro curso técnico nível médio ofertado para um povo indígena nessa região.



completamente removidos da proposta original, pois distanciavam-se do “usual institucional” – qualificado por Sant’ana e Melo (2016). Nesse sentido, apontam-se as tensões que levaram a ter que suprimir algumas disciplinas que eram consideradas inovadoras no contexto do curso técnico para um povo indígena.

Sant’Ana e Melo (2016) afirmam que “as exigências e peculiaridades na oferta e execução do curso”, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS) ao Povo Terena, “foi conquistando o apoio da Direção Geral do *campus* IFMS, das coordenações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no IFMS e da reitoria do IFMS”.

Tal apoio efetivou a construção de uma proposta conjunta e inédita, por atender às especificidades e aos anseios do público-alvo indígena. Além disso, projetos inéditos e inovadores necessitam de grande articulação inter e intra-institucional para uma execução bem sucedida, adequando os procedimentos burocráticos à realidade e aos anseios dos estudantes e de suas comunidades, “ocorrendo a adaptação da instituição à realidade do público-alvo da política pública” (SANT’ANA; MELO, 2016). Segundo os autores, na elaboração da proposta de um curso, que deve seguir normativas institucionais, as disciplinas obrigatórias generalizantes devem contemplar conteúdos pensados para a realidade vivida na Terra Indígena, o que se coaduna com a posição da equipe que construiu o projeto do curso técnico do IFAM para o Povo Jarawara, mas que, todavia, não encontrou esse apoio institucional.

Essa tensão institucional pode ser resultado de uma maior isenção no contexto antropológico da região, o que acarreta em fechamentos de modelos padronizados de currículos que acabam por dificultar a construção de projetos de cursos que dialoguem com o que preconiza os princípios da Educação Escolar Indígena. A experiência do Curso Técnico em Florestas Concomitante ao Ensino Médio, ofertado para o Povo Jarawara, aponta para flexibilização dos currículos, no intuito de proporcionar uma formação intercultural, bilíngue, inserida no contexto socioantropológico de um povo indígena. Aponta ainda para uma proposta de formação dialógica que respeita o tempo e o espaço em que está inserida.



3. **Minicursos:** tentativas de envolvimento dos servidores do IFAM e comunidade – formação dos professores *Yara*

No projeto do Curso Técnico em Floresta para os Jarawara, foi sinalizada a importância de se garantir aos professores e técnicos que iriam atuar no curso, um processo de formação específica. Para tanto, foi criada uma proposta de minicurso, vinculada à Coordenação de Extensão do *campus* Lábrea. As temáticas dos minicursos foram organizadas a partir das perspectivas da antropologia, educação escolar indígena, políticas específicas, movimentos indígenas e o Povo Jarawara. O primeiro minicurso foi ofertado no final de 2018 e o segundo no início de 2020. As duas etapas foram organizadas pela professora Claudina Maximiano, com a participação de servidores da FUNAI, Movimentos Indígenas e alunos Jarawara.

A ideia da formação continuada e específica teve como principal objetivo possibilitar aos professores do curso iniciarem um contato com conceitos antropológicos e se aproximarem das questões ligadas à atualidade dos povos indígenas, em particular no contexto da Região do Médio Purus e do Povo Jarawara. Considerando a especificidade do curso, o quadro dos professores deveria contar com profissionais de diversas áreas de conhecimento e que tivessem experiência com povos indígenas e/ou comunidades tradicionais, ou profissionais que tivessem interesse em iniciar um aprendizado com relação aos povos indígenas. A partir desse prisma, os minicursos se configuraram como ferramentas importantes para o processo de execução do curso.

O primeiro minicurso (2018) teve como tema “Introdução a Antropologia, Políticas Indigenistas e Povo Jarawara”. O objetivo foi possibilitar o início do processo de formação na área da antropologia, questões indigenistas, educação escolar indígena e Povo Jarawara. Com a proposta de iniciar um processo reflexivo e de construção de conhecimento, para que os professores e técnicos que atuariam no curso criassem uma relação de proximidade com os conceitos básicos da antropologia, especificidades do Povo Jarawara e realidade dos povos indígenas no Purus, legislação indigenista, educação escolar indígena e gestão das Terras Indígenas.



Em 2020, foi ofertada a segunda etapa do minicurso, com o tema “Introdução a Antropologia, Políticas Indigenistas e Povo Jarawara II”; com essa disciplina, ampliou-se o objetivo com relação a 2018, e pensou-se em discutir os conceitos antropológicos, questões indigenistas, movimento indígena, comunidades tradicionais, educação escolar indígena e Povo Jarawara. Nessa etapa, a ideia foi dar continuidade à proposta de 2018, no intuito de qualificar as atividades do Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio para o Povo Jarawara pelo IFAM/*campus* Lábrea. A dinâmica do curso na aldeia conduziu a um processo reflexivo que nos fez pensar na importância de auxiliar os professores e técnicos a se aproximarem da realidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Purus.

Destaca-se, porém, que, apesar do esforço, a inserção dos servidores ficou um tanto limitada. Grande parte dos servidores não tiveram interesse em participar desse tipo de atividade formativa. Há um distanciamento entre as perspectivas do trabalho no *campus* e a aproximação com os povos e comunidades tradicionais do Purus. Não existe um projeto específico no *campus* que imprima a importância de se responder às demandas específicas da região do Médio Purus. Talvez a falta de um projeto institucional local, que tipifique sua identidade no contexto regional ao qual está inserido, reforce a “barreira” de distanciamento entre os servidores e o apelo dos movimentos sociais, sobretudo do movimento indígena e das comunidades tradicionais que demandam respostas específicas na área da educação, ciência e tecnologia que chegam ao IFAM/ *campus* Lábrea.

4. Estratégias metodológicas do curso

O curso vem sendo ofertado na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, com aulas ministradas na Aldeia Casa Nova, conforme previsto no Projeto Pedagógico de Curso¹¹ Florestas Concomitantes (PPC). No PPC, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da Educação Básica com a Educação Profissional, assegurando uma formação integral dos alunos, considerando as especificidades do povo Jarawara. A proposta foi produzir um processo formativo que tivesse como ponto de partida as vivências do cotidiano e as tradições do povo

¹¹ RESOLUÇÃO N° 16-CONSUP/IFAM, de 05 de julho de 2019.

Jarawara. Apesar do pioneirismo do curso no âmbito do IFAM *campus* Lábrea, não foi realizada aula inaugural, o que simbolicamente pode representar a pouca importância do curso para o IFAM *campus* Lábrea, já que Sant’ana e Melo (2016) afirmam que “dada a importância do curso para o IFMS, a aula inaugural na aldeia Babaçu” contou com a presença de representantes do *campus* Aquidauana, inclusive do próprio Diretor Geral.

As estratégias pedagógicas/metodológicas foram sendo criadas e/ou adaptadas a partir da dinâmica das aulas e da relação com os estudantes. A ideia foi concretizar o que apontamos no PPC como “Escola-da-Troca”, “Escola-Diálogo”, promovendo a troca de saberes. Para trilhar esse caminho de desenvolvimento do aprendizado de maneira coletiva e democrática, o planejamento das aulas começou sendo realizado num processo duplo, primeiro o professor da disciplina que propõe os conteúdos e depois com os alunos mediadores. Seguidamente, com a turma, esse planejamento é reorganizado durante a vivência da sala de aula, no esforço de aproximação da língua e conceitos Jarawara.

5. O planejamento entre professores Yara

Os discentes Jarawara estão na faixa etária classificada como Jovens e adultos e, portanto, o curso foi organizado a partir dessa premissa, que afirma que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que permite uma proposta pedagógica flexível. Porém, apresenta-se como desafio para os professores planejar aulas para alunos que estão cursando o Ensino Médio mediado por tecnologia¹² (Figura 01), uma metodologia que apresenta certos limites para os Jarawara no que diz respeito ao processo de compreensão e assimilação dos conteúdos estudados, o que exige especial atenção na concepção do conhecimento técnico que pretendemos oferecer a partir desse curso.

O ensino mediado por tecnologia é uma metodologia importante, porém, no contexto amazônico carece de uma análise crítica, pois está pautado na linha da massificação e não do atendimento às questões específicas que estão pautadas, quando se pensa em educação na Amazônia, e, mais precisamente, no contexto dos povos e comunidades tradicionais. No caso

¹² Forma de ensino já descrita anteriormente, vide nota explicativa 3.



dos povos indígenas, a primeira questão diz respeito a diversidade linguística. Os estudantes Jarawara, em sua maioria, possuem pouco conhecimento da língua portuguesa (ISA, 2018). Outras limitações, derivadas dessa, surgem no processo de compreensão e aprendizagem durante as aulas: curto tempo de aula, professores que falam muito rápido, alta carga de informação, exemplos descontextualizados/desconexos da realidade amazônica. E, ainda, a falta de formação do professor-tutor (SEDUC) com relação aos conteúdos abordados, somada aos problemas vinculados às limitações tecnológicas e ambientais, tais como chuvas torrenciais, que mantêm uma sala desconectada por dias ou que obrigam o desligamento do sistema para evitar curtos-circuitos provocados por raios, falhas no sinal de internet por excesso de nebulosidade, problemas mecânicos nos motores geradores, falta de combustível, etc. Não se pode negar, porém, o avanço proporcionado pela mediação tecnológica e as barreiras geográficas rompidas no Amazonas, outrossim, o acesso de comunidades indígenas e ribeirinhas aos recursos da internet. Entretanto, análises críticas se fazem necessárias no que se refere à qualidade da formação escolar desses estudantes e a aplicabilidade dessa tecnologia nos municípios do interior para se ponderar e validar os verdadeiros avanços educacionais alcançados principalmente junto aos povos e comunidades tradicionais contempladas por essa modalidade de ensino. Transmissões de aulas mais regionalizadas e atentas às especificidades poderiam acrescentar bastante à qualidade de ensino. Por exemplo, transmissões realizadas a partir da sede do município de Lábrea poderiam contar com a participação de indigenistas e outros parceiros das comunidades, permitindo uma interação mais próxima professor-aluno e uma educação mais relacionada às características de cada comunidade. Entende-se, também, que a estrutura e a internet permitem à comunidade acessar uma infinidade de outros recursos e processos mais interativos que precisam ser mais aproveitados no ensino mediado por tecnologia.

Todas essas questões precisaram ser consideradas no planejamento dos professores *yara*. As primeiras aulas do curso foram pensadas num processo de diálogo entre as professoras Alessandra Fonseca, primeira docente a ministrar aula no curso, e a professora Claudina Maximiano, antropóloga do *campus*. A partir dessa experiência, foi incorporada a ideia da conversa sobre as aulas de planejamento, sendo esse, assim organizado: o primeiro momento é iniciado através de uma conversa entre a coordenação do curso, sendo a

professora Claudina e o professor que irá ministrar a disciplina. Esse momento de conversa, que poderia se categorizar como diálogos pedagógicos, a partir de uma posição bem “freiriana” de pensar a educação. Esses diálogos pedagógicos funcionam como uma troca de experiência, com dicas e “chuvas de ideias”¹³ para ajudar no início de construção de um planejamento, tendo como referência os principais conceitos da disciplina a ser ofertada. Nesses, destacam-se sempre a necessidade de respeitar, valorizar e aplicar os conhecimentos tradicionais, aliando-os aos conhecimentos técnico-científicos a serem compartilhados. A ideia central é que se deveria destacar os principais conceitos da disciplina, o que o professor considera mais relevante para o aprendizado dos alunos Jarawara, o que, de fato, daquele conteúdo irá impactar positivamente a vida na Terra Indígena. Durante esse diálogo pedagógico, também são socializadas as experiências pedagógicas e metodológicas desenvolvidas que melhor representam o *feedback* do nível de compreensão dos conteúdos abordados por parte dos estudantes, visando auxiliar o docente na construção da metodologia a ser aplicada durante as aulas.



Figura 01. Turma de Ensino Médio assistindo aula por mediação tecnológica. Aldeia Casa Nova.
Fonte: Fonseca, 2019¹⁴.

¹³ Termo que identifica metodologia de trabalho com os alunos onde são estimulados a falarem palavras sobre um determinado assunto.

¹⁴ Foto tirada com a autorização das lideranças e alunos Jarawara da Aldeia Casa Nova/Nascente.



Esses momentos produzem um processo reflexivo para o professor que só seria concluído em dois outros momentos: o planejamento da semana das aulas com os alunos mediadores e no contexto sala de aula, onde os alunos Jarawara também se envolvem nesse processo de construção de conhecimento e busca de metodologias adequadas. Ressalta-se que o envolvimento dos alunos foi fundamental para o sucesso do processo ensino-aprendizagem. O diálogo foi considerado uma “exigência existencial”, conforme Freire (2011), o que fomentou a possibilidade de aplicação do curso técnico para o enfrentamento das dificuldades logísticas e linguísticas, de outro lado, a viabilização do conteúdo técnico aos conhecimentos tradicionais, às práticas do povo Jarawara e, sobretudo, às dinâmicas ambientais e ao território Jarawara.

6. O planejamento com os alunos mediadores

Já na aldeia, a dupla de professores (sempre são disponibilizadas duas disciplinas por alternância¹⁵) inicia o processo de planejamento da disciplina com os alunos mediadores, categoria que será melhor desenvolvida no texto a seguir. Esse momento, no contexto metodológico, é de fundamental importância para garantir a dinâmica bilíngue do curso, garantida pelos próprios estudantes da turma. Os professores apresentam os conceitos que serão trabalhados, explicam para os alunos mediadores e esses, na medida que compreendem, vão trazendo os elementos na língua Jarawara, ajudando os professores a construir sua proposta de trabalho ao longo da semana. Singularmente, ao longo das aulas, de forma coletiva, os alunos vão ajudando na construção do aprendizado coletivo. Em alguns momentos, vão ajudando o professor a fazer a revisão do próprio planejamento. Nas primeiras disciplinas, os estudantes professores (dois), escolhidos para serem os mediadores, garantiam o diálogo entre a língua portuguesa e a língua Jarawara. No entanto, ao longo do curso, foram destacando-se o protagonismo de outros discentes nesse processo.

No decorrer do curso, destacou-se o processo de pesquisa e planejamento das aulas. A dinâmica desse processo ocorreu de forma conjunta e dialógica. A produção de conhecimentos esteve pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse

¹⁵ Conceito que será melhor trabalhado na sequência deste texto.

processo, destaca-se o entendimento do princípio da interculturalidade, pautada na troca de conhecimentos entre os alunos Jarawara e os professores do IFAM e vice-versa, com ênfase no respeito à língua indígena. A cada alternância realizada na aldeia, promovia-se o momento de planejamento com os alunos mediadores, sendo fundamental para o desenvolvimento e concretização da disciplina.

Os alunos mediadores são os professores indígenas da *tabora* (aldeia Jarawara) Casa Nova/Nascente, os irmãos Jacinto (*Hiririba*) e Joel (*Yima hiware*), formados pelo Magistério Indígena promovido pela SEDUC-AM, denominado Programa *Pirayawara*. Destaca-se que a dinâmica do planejamento na aldeia foi sofrendo modificações no decorrer do curso, adaptando-se a uma característica da verdadeira escola Jarawara: a espontaneidade do momento oportuno, respeitando-se, ao máximo, a disponibilidade de “tempo-espaço” (VÊNCIO, 1996, p. 58).

No início, buscou-se implantar o planejamento com dia e horário fixados: se dava no período da manhã na escola ou no casarão da comunidade, a partir das 08h00 da segunda-feira, com a presença dos dois professores indígenas, podendo desdobrar-se pelo horário da tarde, a partir das 14h00 quando necessário, visto que, a cada alternância, dois professores *yara* lecionavam em turnos diferentes. Durante o primeiro ano do curso, este modelo de planejamento funcionou. No entanto, desde o início do segundo ano do curso, alterações foram naturalmente sendo incorporadas. A coordenação do curso necessitou alterar a dinâmica de planejamento das aulas por motivos de cunho pessoal ou impostos pela dinâmica da logística de deslocamento, provenientes ora dos docentes, ora dos alunos mediadores. O planejamento continuou acontecendo na segunda-feira, porém, o horário, local e os mediadores variavam de acordo com a disponibilidade dos discentes e dos espaços na *tabora* Nascente-Casa Nova. Também atuaram como discentes mediadores os estudantes Davi (*Kakai*) e Valdemiro (*Bibiri*), por serem fluentes em Língua Portuguesa e exímios detentores do saber Jarawara, frequentemente acompanhados pelos anciãos e anciãs do povo Jarawara.

A importância da construção de um planejamento bilíngue corrobora-se na necessidade de garantir uma compreensão efetiva de todos os saberes elencados nas ementas de cada disciplina, já que novos conhecimentos, inclusive o conhecimento de outras línguas,



são mais naturais e efetivamente incorporados através da língua materna. Portanto, o processo de compartilhamento do conhecimento técnico-científico trazido pelo professor *yara* tem que perpassar pela Língua Jarawara, visto que o rápido domínio da escrita, ou seja, a alfabetização/letramento desse povo, se deu em sua Língua nativa. Atualmente, praticamente todos os jovens e crianças, apesar de nem sempre falarem português, são alfabetizados na Língua Jarawara.

A vivência em sala de aula foi ajudando aos professores *yara* a se aproximarem da língua Jarawara, num processo de aprendizagem conjunta, pois os alunos Jarawara, também, foram aperfeiçoando o aprendizado da língua portuguesa.

7. Aulas na aldeia: um ciclo de alternâncias e aprendizado

Para facilitar as aulas na aldeia, optou-se pela metodologia da alternância.

A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e Comunidade. Nesse sentido a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos [...], utiliza-se de espaços e tempos diferentes divididos entre o meio socioprofissional (família, comunidade e trabalho) e no espaço escolar (JESUS, 2011, p. 09).

No intuito de promover a aprendizagem, as aulas na aldeia foram conduzindo a produção de algumas estratégias pedagógicas e metodológicas, que passamos a destacar:

Preparo de material didático: Aparentemente não há nada de novo sobre esta estratégia. Para cada disciplina a ser ofertada, se faz necessário preparar o material didático, principalmente quando se trata de uma disciplina da base técnica, dentro do contexto dos Institutos Federais. No entanto, para discentes indígenas aldeados, esse preparo exige uma maximização do material a ser disponibilizado, reduzindo a quantidade de textos e aumentando a qualidade do conteúdo, ilustrando-o consideravelmente, adotando palavras-chave, conceitos básicos e fundamentais para auxiliar na compreensão do mesmo, como anteriormente foi explanado. Somado a isso, recomenda-se que o material seja plastificado e encadernado, caso haja uma organização sequencial do conteúdo disponibilizado. A plastificação foi uma estratégia adequada à realidade amazônica, buscando-se aumentar a vida

útil do papel, devido à excessiva umidade presente na região. Não é necessário preparar material para ser entregue a cada discente, visto que a vida em aldeia é coletiva. Basta elaborar e disponibilizar um exemplar e todos os discentes poderão consultá-lo. O exemplar pode ser depositado na biblioteca da escola indígena local ou sob os cuidados do representante da turma.

Destaque para oralidade: os alunos possuem pouco domínio da Língua Portuguesa bem como a sua forma escrita. No aprendizado indígena, por tradição, os conhecimentos eram repassados pela oralidade. Durante as aulas, busca-se utilizar o mínimo possível da escrita e, quando o professor a utiliza, o uso se faz de forma bilíngue, buscando sempre a associação da língua portuguesa com a língua Jarawara (Figura 02). Dessa forma, compartilha-se o conhecimento técnico-científico com os discentes, ao mesmo tempo que o docente aprende termos técnicos em uma língua de um povo originário do Brasil. Durante as aulas, constatou-se, a maioria das vezes, que eles já possuíam um conhecimento prévio sobre os assuntos. Essa pode ser uma singularidade recorrente em cursos técnicos da área de Ciências Agrárias ofertados a povos indígenas, como é o caso em questão.

Uso de material audiovisual: vídeos são compartilhados com os discentes, para complementar o assunto abordado em sala de aula, auxiliando assim, na construção do conhecimento, já que os mesmos podem ser visualizados quantas vezes eles o quiserem, através dos celulares dos estudantes. Os Jarawara da aldeia Casa Nova fazem uso de tablet, celular ou notebook e o acesso à rede mundial de computadores (internet) está diretamente relacionado a oferta do curso de ensino médio da SEDUC e a presença dos missionários da SIL que vendem esses aparelhos para os Jarawara.

Recursos da tabora (aldeia): de acordo com a dinâmica de cada disciplina, os professores utilizaram-se de caroços, sementes, folhas, bem como da proposição de exercícios escolares de forma a contextualizar o conhecimento técnico-científico e o conhecimento tradicional (Figura 03). Como exemplo, temos o uso de dinâmicas em grupo utilizando caroços de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) para explicar conteúdos e conceitos relacionados à disciplina “Elaboração de Relatórios e Projetos”. Bem como o uso de folhas e sementes para exercício e esclarecimento de dúvidas sobre multiplicação e divisão e da identificação de



formas geométricas “olhando-se” para a *tabora*, adotados na disciplina “Matemática Aplicada”.

Aulas práticas e trabalhos em grupo: a realização de aula prática é obrigatória, conforme consta nos princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Art. 6º, inciso VI, da Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012: “indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem”. Portanto, em qualquer curso técnico, o docente deve contemplar horas de aula prática em seu plano de ensino. As aulas práticas auxiliam os discentes a compreenderem como o conhecimento é utilizado em situações reais, que eles identificam, após a fundamentação teórica provida em sala de aula. Os trabalhos em grupo são propostos aos discentes após explanação de conteúdos e/ou após realização da aula prática e seus resultados são expostos sempre de forma coletiva, como consequência do esforço da equipe. O trabalho em grupo se mostra mais efetivo pois fortalece o espírito colaborativo, intrínseco aos discentes indígenas, bem como suaviza as diferenças entre os próprios discentes, diferenças relacionadas à faixa etária, compreensão da Língua Portuguesa, compreensão do conteúdo trabalhado e da atividade proposta, dentre outras.

Uso de desenhos e apresentação como ferramenta avaliativa: percebemos, ao longo das aulas, o interesse dos alunos na produção de desenhos. A partir dessa percepção, passamos a utilizar o desenho como uma forma de síntese ilustrada do conteúdo aprendido em diferentes disciplinas. A avaliação não pode ser vista como método simplesmente quantitativo, mas um espaço interativo/dialógico para se fazer um processo de síntese, demonstração do que foi aprendido. Os critérios e instrumentos de avaliação do rendimento acadêmico estão sendo estabelecidos pelos professores *yara*, em um constante processo de avaliação da avaliação, destacando-se, prioritariamente, o desenvolvimento: I. do raciocínio; II. do senso crítico; III. da capacidade de relacionar conceitos e práticas; IV. de associar causa e efeito; V. de analisar e tomar decisões; VI. o desenvolvimento da escrita em Jarawara e em Português. A natureza da avaliação do rendimento acadêmico pode ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, ficando a critério do docente a forma e quantidade a ser adotada para cada critério. O conteúdo da avaliação vem sendo definido pelos professores *yara* de acordo com o conteúdo ministrado, com a dinâmica e receptividade da turma, cabendo aos



mesmos buscar sentido, significado e relevância no processo avaliativo que conduzem, contemplando, preferencialmente, uma avaliação inter/transdisciplinar.

É importante ressaltar que as estratégias e metodologias pedagógicas utilizadas no curso são semelhantes àquelas utilizadas pelos indigenistas da FUNAI e indígenas para a elaboração do PGTA Jarawara, em que a construção de um livro (o texto escrito do PGTA) não foi a única estratégia dos Jarawara, mas a elaboração de um vídeo ferramenta para a tradução dos acordos entre a língua Jarawara e Portuguesa, trazendo a oralidade e a utilização de ferramentas audiovisuais. Os trabalhos em grupo foram estratégias adotadas nas capacitações em diferentes áreas (proteção territorial, direitos sociais e desenvolvimento sustentável) a partir das capacitações acontecia a troca de conhecimentos com os demais das aldeias. As grandes reuniões para tomadas de decisões coletivas não diferem muito dos processos de apresentação e avaliação. Os recursos da terra indígena e seus usos eram os centros das discussões, com metodologias convergentes utilizadas pela FUNAI e IFAM; destaca-se a influência Jarawara nas duas metodologias de políticas públicas, revelando uma importante capacidade do povo Jarawara de orientar esses processos político-pedagógicos, desde que esses processos sejam mediados por instituições e profissionais comprometidos em adequar as políticas públicas à realidade Jarawara.

8. Aula na aldeia – aula na cidade

No calendário do curso, buscou-se respeitar a dinâmica do Povo Jarawara, a realidade de suas aldeias e suas especificidades. O calendário escolar foi dividido em dois grandes períodos marcados pela dinâmica das águas: cheia, entre os meses de fevereiro a maio, correspondendo ao primeiro semestre do ano; e seca (sinalizado pelo desenho dos pés no calendário), entre os meses de agosto a novembro, correspondendo ao segundo semestre letivo.

A intensificação das aulas ocorreu sempre no período de cheia dos rios, período de chuvas intensas e frequentes na região, aproveitando-se da relativa facilidade de acesso e deslocamento e menor demanda de trabalho na *tabora*, consequentemente com maior

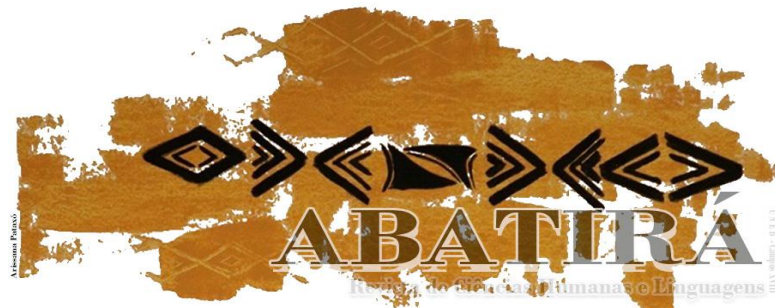


disponibilidade de tempo para estudar. Diante da dinâmica do calendário Jarawara, as atividades do curso foram adequadas, assim como a proposta dos seus componentes curriculares, no sentido de diálogo com a realidade da *tabora*. E cumprindo as diretrizes da educação escolar indígena que assegura aos indígenas educação formal, contribuindo para o processo de afirmação étnica e cultural.

No campo institucional, foi preciso organização de um calendário que contemplasse a possibilidade de adequações da prática docente na aldeia às atividades institucionais destes. O calendário acadêmico foi construído no intuito de respeitar as atividades e necessidades do calendário Jarawara. Nesse sentido, o calendário acadêmico Jarawara foi inserido na dinâmica da aldeia, respeitando a dinâmica da produção agroextrativista dos Jarawara.

A organização das aulas e o desenvolvimento dos projetos de curso foram organizados em módulos, nos quais as disciplinas foram ministradas de forma intensiva em alternância, denominando-se este período “tempo-escola”. Cada alternância foi realizada em sete (7) dias, considerando os dias de deslocamento da cidade-aldeia e vice-versa. A cada alternância foram ofertadas duas disciplinas, com carga de estudo diurna de oito (08) horas, totalizando-se quarenta (40) horas semanais, sendo vinte (20) horas para cada componente curricular, flexibilizando-se conforme a vivência dos educandos e/ou a necessidade dos docentes.

Durante o primeiro semestre letivo, houve intervalos de uma semana entre os “tempo-escola”, já que os rios Purus e Cainã estão em período de cheia e por isso, o acesso à aldeia Casa Nova é facilitado pela presença das águas na frente da aldeia Nascente, o que representa cerca de três horas e meia de trajeto pelas águas. A partir da aldeia Nascente, caminha-se cerca de 30 minutos até a aldeia Casa Nova, onde as aulas do curso são ministradas. No segundo semestre, os intervalos correspondiam a três semanas entre os tempo-escola, devido ao maior esforço requerido nos deslocamentos. Destacamos a experiência vivida na primeira semana de junho, quando os rios Purus e Cainã estavam em período de intensa vazante e, por isso, o acesso à aldeia Casa Nova e o regresso à Lábrea foi dificultado pela ausência das águas, o que representou quatro horas e meia de trajeto pelas águas e 90 minutos de caminhada pela floresta de várzea. Durante o deslocamento de volta, muitos foram os obstáculos enfrentados, desde muita lama, até travessias de igarapés sobre toras submersas, atoleiros e chuva forte. O deslocamento realizado no dia 08 de junho foi extremamente



cansativo e arriscado, visto que as docentes, que estavam lecionando na aldeia Casa Nova, ficaram atoladas, com risco efetivo de lesão. A experiência do guia Jarawara foi fundamental para resguardar a segurança das mesmas, corroborando o que foi detalhadamente descrito por Maizza (2009, p. 2).

Tais intervalos foram denominados “tempo-comunidade”, como falado anteriormente. Com maiores quantidades de tempo-comunidade durante o segundo semestre, houve, proporcionalmente, menor quantidade de semanas de aula, o que favoreceu a não sobrecarga de trabalho das famílias dos estudantes e dos demais homens da aldeia (VÊNCIO, 1996, p. 42). Assim, os períodos de realização das aulas foram organizados de acordo com a alternância “tempo escola-tempo comunidade” inserida no calendário do Povo Jarawara. E, seguindo a lógica da alternância, os alunos do curso vêm sendo motivados a realizar atividades de pesquisa e aprofundamento sobre os conteúdos trabalhados no “tempo-escola”, durante o tempo comunidade.

As aulas do curso tiveram início no segundo semestre de 2018 na cidade, para que os formandos no Ensino Médio não deixassem de atender à concomitância exigida no curso, sendo ofertada uma única alternância no mês de novembro. Em 2019, foram realizadas 7 semanas de aula no primeiro semestre e 5 semanas de aula no segundo semestre, das quais 2 ocorridas na cidade, totalizando-se 3 meses de aulas ministradas na *tabora* Casa Nova. Os alunos se deslocaram para a cidade para participar das disciplinas, cujo conteúdo programático exige o uso de computador e internet, o que inviabiliza a aula na aldeia, sendo ministradas, então, no *campus*.

O ano letivo de 2020, ainda em andamento, foi interrompido pela pandemia da COVID-19 e provavelmente será concluído no ano de 2021, devido às consequentes (e necessárias) restrições de trabalho impostas pelas instituições IFAM e FUNAI.

No planejamento anual das alternâncias, não foi excedida a quantidade de duas (2) alternâncias/ano, sendo realizadas na cidade, para não expor os discentes aos possíveis perigos e desconfortos de se estar na cidade. Pois, no deslocamento para cidade, os Jarawara, não costumam permanecer muitos dias (ficam aproximadamente dois dias), sendo o recebimento de salário, aposentadoria e benefícios sociais, as principais motivações que os



fazem sair da aldeia, o único lugar construído e por eles considerado seguro (MAIZZA, 2009, p. 59, 60). Porém, é importante destacar que essa dinâmica tem sido alterada nos últimos anos, pois várias famílias têm permanecido mais tempo, e algumas já se fixaram na cidade. Vários Jarawara possuem casa na cidade, devido a questões de trabalho, cursos, filhos matriculados nas escolas da cidade, dentre outros, estão provocando um maior tempo de permanência na cidade e evidenciando uma segunda estratégia Jarawara sobre o “permanecer na cidade”.

Destaca-se que o deslocamento dos alunos para fazer algumas disciplinas na sede do município vem se configurando de fundamental importância para que toda a comunidade educativa do IFAM viva a experiência do encontro, a inter-relação que reflete a perspectiva intercultural na qual o *campus* está inserido, e ainda reforça a linha do respeito à diversidade e, sobretudo, aos povos indígenas. Exemplo disso, foram os amistosos de futsal promovidos entre as turmas de Florestas Subsequente e Concomitante, realizados no Ginásio Poliesportivo do IFAM *campus* Lábrea, que proporcionaram momentos de aproximação e interação entre os discentes indígenas e não indígenas, da cidade e da aldeia. Os alunos Jarawaras ensinaram os alunos da cidade a jogar o *kakaro*, uma experiência singular tanto para os Jarawaras, quanto para os alunos do *campus*.

9. Projetos de Trabalhos: Técnicos, Pesquisa e Extensão

Ao pensarmos na conclusão do Curso Técnico em Florestas para o Povo Jarawara, decidimos por finalizar o curso com projetos de pesquisas integrado à dinâmica do curso. A ideia de elaboração de Projetos de Conclusão do Curso Técnico (PCCT) pautados em metodologias específicas, respeitando os critérios científicos, em diálogo com os conhecimentos tradicionais do Povo Jarawara. Seguindo a lógica do projeto do curso, decidimos que os temas dos referidos projetos deveriam estar baseados no PGTA Jarawara e Apuinã- *Yawita Abono: Ota taboro te kakatomahi*.

As temáticas delimitadas nos grupos de pesquisa indicados no Plano de Gestão Territorial Jarawara – PGTA foram divididas em três linhas: Gestão territorial; Gestão dos direitos sociais e da organização; Gestão do desenvolvimento sustentável.

Os resultados dos PCCTs serão apresentados em um seminário:

com a participação das aldeias Jarawara e convidados. Deverá ser apresentado nas duas línguas do curso (Jarawara e Português). Os alunos poderão apresentar de forma criativa o relato de experiência, utilizando elementos da cultura Jarawara para enfatizar os resultados da ação de intervenção ou pesquisa realizada. No seminário, os professores do curso e convidados externos terão o papel de classificar os trabalhos atribuindo notas do valor de zero a dez (0 a 10) de acordo com as apresentações (PPC, 2018, p. 65).

Um dos principais recursos metodológicos que serão utilizados para a efetivação dos PCCTs será o caderno *sibani*. No projeto do curso foi descrito como o caderno de campo, porém, ao longo do processo da construção das aulas, os alunos nos ajudaram a construir o conceito de pesquisa, que, para eles, é fazer *sibani*. Esse caderno é espaço para descrição das descobertas, síntese das pesquisas, espaço para desenhar o que foi aprendido. As anotações serão feitas em Jarawara e em português, seguindo a dinâmica de um curso bilíngue.

A partir do diagnóstico feito durante as disciplinas, foram apresentados alguns pontos importantes para a construção dos *hawi* (o caminho/os projetos) para os PCCTs. Destaque para: a questão do reflorestamento e identificação de madeira utilizadas na construção, o plantio de *wafe* (algodão), que era utilizado para a produção de fios de algodão para confecção das redes. A questão territorial e o cuidado com a TI são questões que norteiam todos os *hawi*, com destaque para vigilância. Os alunos tendem a querer compreender como fazer a vigilância da Terra Indígena. Devido aos limites de tempo e ao número de alunos, fizemos algumas escolhas para favorecer a produção das *sibani*. E dividimos as *sibani* em duplas ou trios, divididos para três professores orientadores. As *sibani* que já estavam em andamento no formato de Projeto de Iniciação Científica Junior (PIBIC Jr.) serão incorporadas como PCCTs.



10. Projetos de iniciação científica

Durante as disciplinas “Seminário Temático: conhecimentos tradicionais e identidade Jarawara” e “Elaboração de relatórios e projeto”. Foram realizadas discussões em torno do PGTA Jarawara, identificando-se alguns possíveis temas de *sibani*.

Na disciplina “Seminário Temático: conhecimentos tradicionais e identidade Jarawara”, o destaque foi para alguns elementos da tradição que estavam sendo esquecidos. Como, por exemplo, as brincadeiras antigas, alguns alimentos e até instrumentos de trabalho e objetos de uso doméstico. Destacou-se a dificuldade na continuidade do “treinamento” de pajés (*inawa*), guardiões da sabedoria Jarawara. Segundo os alunos, atualmente existem poucos pajés Jarawaras e estes já estão bem idosos. O treinamento dos pajés envolve uma metodologia muito sacrificante ao iniciado, relacionado a restrições e isolamento. Por isso, os jovens não buscaram num passado recente esse treinamento. Por outro lado, a relação entre os “chefes de família” e sábios Jarawara com os missionários evangélicos também restringe o encaminhamento de seus filhos ao treinamento. A ausência de “novos” pajés, está ligada a presença dos missionários do SIL, que atuam junto aos Jarawara desde 1987, e que fazem um trabalho de evangelização entre os Jarawara. Além disso, outros rituais importantes do povo Jarawara, como o *Ayaká* (relacionado a passagem da mulher para a vida adulta) sofreu interferência missionária.

Em “Elaboração de relatórios e projeto”, foi possível construir o conceito de projeto, que, para os alunos, é *hawí* (caminho), na língua Jarawara. E, ainda acerca do conceito de pesquisa, *sibani*, já mencionado anteriormente, que significa: procurar o significado das coisas e buscar o que não se sabe, tendo como referência esses dois conceitos, foi possível pensar as pesquisas relacionadas às linhas do PGTA e a partir delas pensar os *hawí* para as *sibani*. Projetos de Iniciação Científica (PIBIC jr.) e PCCTs.

Por ser curso Concomitante ao ensino Médio, os alunos Jarawara não teriam direito a fazer PIBIC, porém, vimos a necessidade de sensibilizar a Pró-reitoria de Pesquisa para a importância de se fazer o exercício da pesquisa com os alunos Jarawara e a justificativa foi aceita. Foram apresentados quatro (04) projetos pelas professoras Claudina Maximiano (*Neme Boniraha*) e Alessandra Fonseca (*Manira*) e os mesmos foram aprovados no EDITAL – N°

002/2019/DPI/PPGI/IFAM/IC para serem executados no período de 2019 a 2020. Os projetos aprovados, no referido edital, foram: *Esiwani*: antigas brincadeiras do Povo Jarawara, pesquisa realizada pelos alunos Valdemiro e Pedro; *Jarawara meka yama watu*: conhecimento tradicional e o artesanato do Povo Jarawara, realizadas por Davi e Linda; *Awa ini*: conhecendo o nome das árvores, em execução por Luciano, José Manoel e Tatiago e *Yiha onaboneke fatara ya*: o estudo das sementes de sina plantadas no roçado Jarawara, executado por Edneia e Edison. Sobre o último projeto, há uma consideração a fazer: o título da pesquisa, escrito em Jarawara, foi devidamente corrigido pelos discentes na primeira reunião de orientação, visto que a elaboração do mesmo, não contou com a colaboração destes, sendo a escrita correta em Jarawara: “*Onaboneke yiha fatara ya*”, cujo significado é: eu vou semear *sina* no *fatara*.

11. Projeto de Extensão: Oficina *Kakaro*

A proposta da oficina *Kakaro* surge no contexto do projeto de PIBIC Jr., *Jarawara meka yama watu*: conhecimento tradicional e o artesanato do Povo Jarawara. O objetivo da oficina foi criar espaço social de troca de conhecimento tradicional, através da troca de saberes entre as mulheres Jarawara. O objeto desta atividade foi realizar uma retomada da prática de produção de redes de linha de algodão, que está entrando num processo de esquecimento. O fio de algodão era utilizado para fazer as redes e outros elementos da cultura tradicional Jarawara. A partir dessa informação, decidimos por realizar uma oficina para incentivar que as mulheres mais velhas ensinem essa prática às meninas e jovens da *tabora*.

A ideia foi promover uma oficina onde as mulheres Jarawara ensinassem a produzir o *kakaro*, instrumento utilizado para produzir os fios e, também, ensinassem a prática de produção dos fios de algodão. Nesse sentido, o projeto possibilitou a criação de troca de conhecimento, configurando-se como de fundamental importância para os projetos futuros para as próximas gerações Jarawara.

Como os Jarawaras na aldeia Casa Nova/Nascente não tem muito algodão plantado, foi realizada uma colheita na cidade com a participação de alunos dos cursos integrados do



campus. Experiência inédita de envolvimento dos alunos da cidade nas atividades dos alunos da aldeia. Quanto à metodologia utilizada, destacamos a orientação prática dada pelas mulheres Jarawara mais velhas, que sabem a técnica e que ensinaram através do fazer-aprender. Destaque para os homens, que também se envolveram, ajudando a produzir os instrumentos (*kakaro*). A oficina teve a duração de uma semana. Os alunos estavam em aulas ao longo do dia e, à noite, nos reuníamos para limpar o algodão.

Durante o processo de limpeza do algodão, a maior parte a aldeia se juntava para fazer esse exercício. Foram momentos de muita aprendizagem, conversas, brincadeiras. Em duas noites, paramos o processo de limpeza para produzirmos desenhos. Essa estratégia foi utilizada como metodologia para fixação do aprendizado feito, sobretudo, para os mais jovens.

No sábado pela manhã, com o algodão limpo, foi o momento de praticar a fiação. As mulheres mais velhas, que, ao longo da semana ensinaram a limpar e preparar o algodão, iniciaram o processo de fiação. Tal processo foi acompanhado de perto pelas outras mulheres e homens da aldeia. Com uma técnica precisa e muita habilidade foram ensinando como as mulheres Jarawara antigamente faziam as redes. Os homens (*maki*) ajudaram a construir o instrumento *kakaro*. Para iniciar o processo de fiação, utilizavam uma espécie de arco, chamado de *tic-tic*. Depois desse processo, inicia-se a organização do algodão para iniciar a fiação.

A oficina foi uma experiência importante no processo de troca de conhecimentos tradicionais que o curso técnico em florestas está possibilitando entre os Jarawara e que se constitui no contexto ensino-aprendizagem que faz de maneira coletiva, o que para nós professores *yara*, tem se constituído como espaço de aprendizagem, a “Escola-da-Troca”, “Escola-Diálogo”.

Considerações finais

A proposta do curso está centrada na perspectiva de garantir aos Jarawara instrumentos para a gestão do seu território. A partir dessa prerrogativa, o Curso Técnico de Nível Médio em Florestas, na forma concomitante, busca atuar como uma das ferramentas utilizadas para a concretização dos acordos e atendimentos às necessidades apresentadas no PGTA Jarawara. Foi produzido no contexto social da luta dos Jarawara para efetivação do direito à educação. A concretização do Ensino Médio na aldeia Casa Nova, foi resultado de um longo processo, que envolveu tensões e silêncios institucionais frente à solicitação dos Jarawara.

Ao longo da experiência da construção e implantação do curso, destacamos os desafios institucionais para responder a uma demanda específica de um povo indígena. As redes públicas de ensino, ainda, carecem de uma efetiva política e projetos que consigam atender às demandas dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Os desafios, que tornam cursos específicos para povos indígenas uma singularidade à parte (o que não deveria ser), são recorrentes e tal como declarado por Sant'Ana e Melo (2016), a articulação política em diversos níveis constitui-se uma parte essencial do curso para alicerçar os caminhos e os movimentos de todo o processo.

No contexto do curso, destacamos a questão da metodologia aplicada, algo em construção, com resultados ainda parciais construídos, a partir do que denominamos de diálogos pedagógicos que conduziram aulas dinâmicas, bilíngues e inseridas no contexto sociocultural dos alunos, pautada no respeito às tradições Jarawara. Destacamos o comprometimento dos alunos na garantia do diálogo intercultural e o bilinguismo, que apontamos como um diferencial para a efetivação da proposta do curso, em sinergia com os princípios da educação escolar indígena. A construção de metodologias de forma conjunta foi algo singular para o desenvolvimento das disciplinas até agora ministradas e projetos em andamento.

A experiência relatada demonstra o quanto o povo Jarawara da aldeia Casa Nova estava preparado para o diálogo intercultural com as instituições públicas de ensino e quanto o



comprometimento dos agentes (servidores, da comunidade, de movimento social) viabilizou a implantação da política pública específica na área da educação. Em especial no estado do Amazonas, as adaptabilidades dessas políticas públicas, o abandono de reprodução não refletida de metodologias, a disponibilidade das instituições em viabilizar (e não restringir) o acesso à educação e principalmente o reconhecimento das diferentes formas de visão de mundo são requisitos para o avanço da educação escolar no estado.

Nesse contexto, foi fundamental pensar na formação dos professores *yara*, outro desafio. Percebemos um distanciamento dos servidores frente a proposta dos minicursos. Essa situação talvez reflita a falta de um projeto institucional que responda às demandas dos povos e comunidades tradicionais. A não existência dessa institucionalização de um projeto voltado para os povos e comunidades tradicionais da região do Médio Purus, induz à que propostas, como a do curso técnico para o povo Jarawara, não seja entendida e atendida como um compromisso institucional por toda a comunidade acadêmica.

Apesar dos limites institucionais, o curso vem cumprindo sua função no sentido de provocar o retorno aos alunos das decisões coletivas tomadas no processo de construção do PGTA desse povo. E, no estímulo a garantir em pensar possibilidades concretas de uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e as condições de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações Jarawara. Espera-se, ainda, que o curso possa colaborar com o protagonismo, a autonomia e ajude no fortalecimento das ações de proteção e do controle territorial e possibilite mais esclarecimento na linha da luta pela efetivação de políticas públicas voltadas para as necessidades deste povo.

Diante do exposto, percebe-se que a concretização do curso, mesmo em meio a limitações de ordem cronológica e institucionais, tais como prazos a serem cumpridos, seguiu uma dinâmica de fortalecimento da pauta de luta apresentada pelos Jarawara. O curso apresenta um currículo ainda com limites impostos pela burocracia das normativas que não ultrapassam o “usual institucional” - conforme qualificação dada por Sant’Ana e Melo (2016), já que não foi permitida a construção de uma matriz curricular com identidade Jarawara, constituída por disciplinas de nomenclatura adaptada e ementas com conteúdo específicos, atendendo os anseios e especificidades do público-alvo. Porém, a proposta aprovada conseguiu preservar o intuito de dialogar com o cotidiano dos estudantes, em um processo de

troca de conhecimento professor-aluno/aluno-professor. As aulas na *tabora*, favoreceram o envolvimento da comunidade, os mais velhos, as mulheres, jovens e crianças, que por vezes apenas observam as aulas e, em outros, participam das atividades, em processos que se assemelham ao *En'owkin*, descrito nos discorrer do trabalho de Stone & Barlow (2006).

No contexto da cidade, as aulas propiciam a aproximação com a comunidade acadêmica do *campus* e vice-versa, em que todos esses elementos nos possibilitam apontar o sucesso dessa experiência de construção de uma proposta de curso técnico de forma dialógica, a partir do envolvimento dos estudantes no processo de construção/efetivação do curso. O curso discutido e implantado favoreceu a formação dos profissionais, o *know-how* da instituição e até os alunos não-indígenas do *campus* Lábrea. Tal experiência situa-se num processo dialógico, de se fazer educação diferenciada, intercultural e bilíngue e inaugura um processo inovador que insere no contexto institucional a possibilidade de atendimento a outras demandas elencadas pelos povos e comunidades tradicionais da região do Médio Purus.

Referências

- BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21**. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental**. Rio de Janeiro. Sextante, 2003.
- DSEI. **Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Médio Purus**. Planilha Excel. Etnias, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978. 2011.
- GIUSTA, Agneta da.Silva. **Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 17-36, mar. 2013.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM. **Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Concomitante**, 2018.
- JESUS, J.N. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18, p. 07-20, Jan-jun./2011.



MAIZZA, F. **Cosmografia de um mundo perigoso: espaço e relações de afinidade entre os Jarawara da Amazônia.** Tese. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, p. 313, 2009.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS. **Inquérito civil n. 1.13.000.000239/2014-80.** Recomendação n. 13/2015.

SANT'ANA, G.R.; MELO, A.V. **A experiência de construção e execução do curso de Agricultor Agroflorestal na Terra Indígena Cachoeirinha.** In: ANTONIO, Leosmar; SANT'ANA, Graziella Reis de; MELO, Aislân Vieira de. (Orgs.). **O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC.** – Brasília: Projeto GATI/FUNAI, p. 79, 2016.

VÊNCIO, E. **Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita.** Dissertação. UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, p.109, 1996.

VOGEL, A. R. **Gender and gender agreement in Jarauára (Arauan),** M.A. Thesis, University of Texas at Arlington, p. 85, 1989.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 25 de julho de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de setembro de 2020.